



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL

Penildon Silva Filho
UFBA

silvafilhopenildon@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo desenvolve uma discussão sobre os direitos humanos e equidade e sobre as políticas de ações afirmativas efetivadas por universidades públicas brasileiras e sua relação com as políticas públicas implementadas em diferentes momentos históricos no mundo. Inicia trazendo contribuições no campo do conhecimento sobre os direitos humanos, com ênfase no princípio da igualdade, equidade, justiça social e respeito à diferença. O estudo das políticas de ação afirmativa no mundo e no Brasil sinalizam os efeitos positivos dessa política na promoção da equidade neste nível de ensino e denotam o embate mais amplo de uma sociedade que almeja o Estado do Bem Estar Social como instrumento de promoção de cidadania contra a visão de diminuição do Estado e dos direitos sociais.

Palavras-chave: direitos humanos; educação superior; equidade; ação afirmativa; Estado do Bem Estar Social.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000, no Brasil, intensificaram-se as discussões entre estudiosos, educadores, docentes das instituições de ensino, dirigentes do sistema educacional do país, população em geral, com a participação significativa dos movimentos sociais, sobre a necessidade de políticas de ações afirmativas diante das desigualdades históricas de acesso dos candidatos às universidades públicas, levando em conta suas condições de classe, de raça e de etnia. As ações afirmativas, de uma maneira geral, se baseiam no fundamento de que há uma dívida histórica com relação a grupos considerados minoritários e, por isso, as políticas públicas devem também ser voltadas para a reparação das desigualdades, ou seja, direcionadas à efetivação da igualdade substantiva, conforme denominam alguns teóricos (GUIMARÃES, 2012; GOMES, 2001). De acordo com Gomes e Silva (2003, p. 94),

[...] as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Como sistematizou Feres Júnior (2007), as políticas de ação afirmativa têm justificativas na reparação histórica, na justiça social e na diversidade, com um enfoque maior nas experiências dos Estados Unidos e do Brasil, por sua proximidade histórica e pela influência norte americana no debate e na academia brasileira. Sempre encontraremos nas argumentações em favor das políticas de ação afirmativa uma ênfase ou prioridade em um desses eixos.

CONCEPÇÕES DE IGUALDADE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

O debate sobre a igualdade e equidade na sociedade ganha relevo quando se debatem os Direitos Humanos. Estes, compreendidos como construção historicamente determinada que se reconfiguram a partir das mudanças culturais proporcionadas pelas transformações sociais e políticas, vem se afirmando como princípios para o combate às desigualdades, injustiças, exclusões e dominações ao longo da História.

Para Sposati (2002, p. 6, apud Gomes, 2011, p. 11) equidade é entendida como:

[...] o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação, condição que favorece o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.

Essa concepção da equidade acima está mais inscrita na justificativa da “diversidade” para as políticas de ação afirmativa, embora possamos entender a equidade também sob o prisma da justiça social, para a promoção de redistribuição de bens para grupos socialmente desprivilegiados.

A falta de equidade é caracterizada como “assimetria”. No Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (CARVALHO e PAIXÃO, 2008) essa antítese surge com muita clareza: Equidade como oposto de assimetria. O referido relatório tem como principal objetivo “sistematizar e refletir sobre avanços e recuos da equidade racial e de gênero no país em seus diversos aspectos” e tem o interesse em proceder “estudos das assimetrias raciais no Brasil” (Ibid., 2008, p. 13).

Rodrigo de Jesus (2011) trata também da questão da equidade, estabelecendo: assim como a igualdade está para o Estado liberal e para a formalidade, a equidade está para o mundo contemporâneo. Em uma citação que faz do autor Martucelli, ele subscreve e enfatiza esse conceito:

A crise da visão da igualdade social sob influência de uma concepção totalizante da sociedade acarreta uma mudança profunda, formulada pela noção de equidade. Em sua formulação clássica, a igualdade enfatiza os elementos comuns aos indivíduos genéricos e não suas diferenças, seus particularismos coletivos. Ela remete sempre a uma concepção global e comum da sociedade. É diferente o que se dá com a noção de “equidade” que reconhece a pertinência política das especificidades culturais dos indivíduos e dos grupos, aceitando a ideia de um tratamento diferenciado dos membros dessas coletividades (MARTUCELLI, 1996, p.21 apud JESUS, 2011, p. 82).

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE

Para Gomes (2011), a educação no Brasil tem sido apontada pelos estudos assim como pelos movimentos sociais como um espaço onde persistem históricas desigualdades sociais e raciais, exigindo que o Estado estabeleça políticas e práticas específicas de superação desse quadro, políticas estas chamadas de Ações Afirmativas. Para Santos (2012), é recente a adoção de políticas de ações afirmativas no Brasil. São medidas para criar igualdade de oportunidades para grupos e populações socialmente excluídas que preveem tratamento diferenciado tendo em vista uma maior inserção em serviços como educação, saúde e trabalho. Para este mesmo autor a institucionalização de programas de ações afirmativas se inicia na Índia, quando é implantado o sistema de cotas para castas. “Desde 1948, o sistema de cotas consta na Constituição desse país e se estende aos órgãos

legislativos, ao serviço público e às instituições de ensino” (SANTOS, 2012, p. 402). Para Travitzki e Raimundo (2012, p.79),

a ação afirmativa estaria ligada a sociedades democráticas que tenham no mérito individual e na igualdade de oportunidades seus principais valores [...], justificando-se a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios apenas como forma de restituir tal igualdade, devendo, por isso, tal ação ter caráter temporário dentro de um âmbito e escopo restrito.

Todas essas políticas de ação afirmativa se inserem numa visão de Estado do Bem Estar Social, o Welfare State que se tornou emblemático na Europa Ocidental depois da Segunda Guerra Mundial e nos Estados Unidos no período de Franklin Delano Roosevelt após a Grande Crise de 1929. É emblemático que muito da legislação antidiscriminatória se consolide a partir do final da Segunda Guerra Mundial, ao lado de outros direitos sociais, como Educação pública, Saúde pública, previdência social, habitação e uma melhor distribuição de renda. As políticas de ações afirmativas hoje estão inseridas no embate entre a corrente política que defende direitos sociais, um Estado atuante, maior regulação da Economia –Estado do Bem Estar Social- contra outra corrente que preconiza o Estado Mínimo, a não intervenção, a diminuição dos direitos sociais.

Programas de ações afirmativas inscritos nas políticas de expansão do acesso em universidades públicas no Brasil

Na produção acadêmica sobre ações afirmativas e Educação, merecem destaque os artigos publicados recentemente sobre ações desenvolvidas no sentido de aumentar as chances de acesso à educação superior de jovens tradicionalmente excluídos nos processos seletivos, promovidas por universidades públicas, em muitos casos sendo iniciativas destas em parceria com órgãos públicos ou organizações não governamentais. São dignos de nota os estudos: Borges e Carnielli (2005); Tragtenberg, Bastos, Nomura e Peres (2006); Carvalho (2006); Mitrulis e Penin (2006); Rosistolato, Helayël-Neto e Xavier (2011); Bastos, Gomes, Fernandes e França (2012).

Em levantamento feito sobre a produção intelectual em favor do tema, Souza e Portes (2011) analisam documentos que versavam sobre a implantação das

políticas/ações afirmativas em 59 instituições federais de ensino superior, buscando compreender os aspectos legais do processo de implantação das políticas voltadas para o ingresso de estudantes. Das instituições analisadas no estudo, 64% adotaram essas políticas e 36% não as adotam. Neste estudo, verifica-se uma variedade de modelos em torno da implantação dessas ações nas instituições pesquisadas. As divergências observadas, que comportam singularidades nas formas de empreender os sistemas de reserva de vagas se revelam nos distintos percentuais adotados, nas metodologias e na definição dos beneficiários, dentre outros. Para as autoras, essas diferenças são construídas no jogo de forças que se estabeleceram em cada realidade.

Os achados deste estudo permitem observar que as universidades, apesar de cederem aos argumentos favoráveis à implantação das políticas/ações afirmativas,

[...] preservaram-se ao não adotar uma política fundada exclusivamente no conceito de raça, revelando uma clara opção por um modelo misto, o sociorracial, da ordem de 89% (somadas aqui a reserva sociorracial e a social), mais ao gosto de todos, modelo que enfrenta menos resistência nos meios acadêmicos e científicos. (Ibid., 2011. P. 526).

Outro dado importante nesta análise é que apenas 26% dos documentos investigados mencionam medidas voltadas à permanência/assistência dos estudantes. Este artigo permite mostrar uma visão ampliada das ações das instituições federais de ensino superior, revelando em 2011 que dois terços destas instituições adotaram algum tipo de ação afirmativa para ingresso de estudantes em cursos de graduação, beneficiando, principalmente, estudantes de escolas públicas.

Travitzki e Raimundo (2012), com base nos dados do Censo de Educação Superior (CES-2009), investigam as diferenças entre cotistas e não cotistas no que diz respeito à realização de atividades extracurriculares nas Instituições de Ensino Superior (IES). Os autores discorrem sobre aspectos históricos e conceituais das políticas de ações afirmativas, citando como exemplo o caso da Unicamp, que implantou o sistema de bônus para estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas. Esta Universidade foi a primeira a adotar esse sistema, em 2005, através do Programa de Ações Afirmativas e Inclusão Social (PAAIS), cujos objetivos estão relacionados à excelência acadêmica e não apenas aos princípios de igualdade e de inclusão, conforme os dados apurados pelos autores. Eles

distinguem, assim, o sistema de cotas utilizado pela maioria das universidades que adotaram ações afirmativas de acesso, do sistema de bônus. Enquanto as cotas definem percentuais fixos de vagas para determinados grupos socialmente desfavorecidos, o sistema de bônus adiciona pontos extras ao desempenho dos candidatos no vestibular, de forma que “a proporção de beneficiados possa variar a cada ano de acordo com o mérito”, conforme foi implantado na Unicamp (Ibid., 2012, p. 81).

Jocélio Santos, em artigo publicado em 2012 apresenta um levantamento e análise da produção intelectual existente sobre o tema, enfatizando os artigos publicados entre os anos de 2001 e 2011 e conclui que cresceu a produção bibliográfica sobre a adoção de ações afirmativas no ensino superior, traduzida, principalmente em teses de doutorado e dissertação de mestrado, defendidas em programas de pós-graduação e artigos de revistas especializadas. Durante esse período, 232 trabalhos foram encontrados, sendo 142 artigos, 71 dissertações e 19 teses, e a fase mais intensa desta produção foi entre os anos de 2005 a 2010. O autor analisa também dados da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com relação ao rendimento dos alunos, dividindo em cotistas e não cotistas, com base no primeiro contingente de estudantes que ingressou por meio do sistema de cotas em 2005. O autor compara rendimentos no segundo semestre de 2005 e primeiro semestre de 2009 e verifica a situação destes dois grupos com relação à reprovação por falta. Os dados apontam que a maioria dos estudantes cotistas já cursou a maior parte dos componentes curriculares. Além disso, “a observação dos coeficientes de rendimento nos dois momentos analisados – o segundo e o nono semestres – evidencia um aumento significativo no contingente de estudantes cotistas com faixa de rendimento mais elevada – entre 7,0 e 10,0 pontos – ao longo do curso” (SANTOS, 2012, p. 411). Com relação à reprovação por falta, os dados indicam que em 63,6% dos cursos os estudantes cotistas estiveram menos sujeitos a este tipo de reprovação.

Marques, Franco e Schlindwein (2011) apresentam e discutem a experiência de um curso de “Agronomia com ênfase em Agroecologia em sistemas Rurais Sustentáveis”, voltado para a agricultura familiar, atendendo assentados da reforma agrária no Estado de São Paulo, em desenvolvimento pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba, como sendo a materialização de uma ação afirmativa. Para eles,

é uma experiência que traz sentido emblemático de um rumo diferenciado que pode estar se iniciando para a universidade pública brasileira: receptividade a outras camadas da população excluídas da educação de qualidade, da educação superior. (Ibid., 2011, p. 562).

Freitas (2011) discorre sobre as políticas de acesso dos povos indígenas a educação superior por meio do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR), mostrando como se realizam as atividades didático-pedagógicas dos cursos de Licenciatura Intercultural e Gestão Territorial Indígena. A UFRR é a primeira instituição federal de ensino superior a implantar um curso específico de graduação para este público, constituído de egressos do Magistério (ensino médio) e todos os que estão atuando nas escolas indígenas no sentido de dar continuidade aos seus estudos.

Silva, Pinezi e Zimmerman (2012) analisam a experiência das políticas de ações afirmativas desenvolvidas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Nesta Universidade, a implantação das cotas se distinguiu de outras universidades brasileiras, pois foram implantadas no primeiro vestibular realizado nesta instituição, em 2007. Os critérios de seleção para os programas assistenciais ou de iniciação científica não consideram o sistema de ingresso e parece resultar da falta de debates mais aprofundados acerca das políticas de ações afirmativas na UFABC (Ibid., 2012, p. 152). O artigo leva à reflexão sobre a necessidade das políticas de cotas estarem associadas a outras políticas de ações afirmativas, como de apoio à permanência de estudantes e políticas universalistas. Na opinião dos autores, a experiência da UFABC demonstra que a adoção do sistema de reserva de vagas não é suficiente para a diversificação da base social do ensino superior, mas pode contribuir para a promoção de mudanças na estrutura institucional e organizacional.

Peixoto e Braga (2012), em pesquisa realizada sobre os efeitos do programa de bônus para ampliação do acesso de estudantes de escola pública e de negros na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), abordam as ações afirmativas na perspectiva da inclusão social e étnico-racial na educação superior. Com base nos resultados dos vestibulares e nos dados dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos candidatos, os autores analisaram as alterações ocorridas na composição socioeconômica e étnica de candidatos e dos aprovados, nos anos 2009 e 2010. A análise aponta para uma ampliação do número de estudantes de

escolas públicas e que se declararam pretos ou pardos. Os resultados desvelam os efeitos positivos da implantação do sistema de bônus para favorecer a entrada de estudantes oriundos de escolas públicas e negros, bem como daqueles com renda inferior a 5 Salários Mínimos (SM).

Os autores ainda acrescentam que para o aprimoramento desta proposta, “precisam ser implementadas ações de assistência estudantil, indispensáveis para apoiar o desempenho do estudante beneficiado durante sua permanência na universidade” (Ibid., 2012, p. 186).

Maciel (2012) aborda a implantação das Ações Afirmativas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que se deu por meio do sistema de reserva de vagas para negros, iniciado em 2006. A autora discorre sobre a trajetória das mobilizações que levaram à implantação do programa nesta Universidade, destacando a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), o qual apresentou e negociou a proposta junto à Reitoria.

O Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo (Inclusp) inicia em 2007. A análise dos impactos dessa experiência é apresentada por Matos *et al* (2012) em um artigo que discute a implantação desse sistema na ótica da inclusão. Ao abordarem as ações afirmativas como estratégias de inclusão social os autores verificaram que apenas 24,7% dos ingressantes desta universidade tinham cursado o ensino médio em escolas públicas até 2007. A partir dessa constatação, a USP estabeleceu um sistema de pontuação acrescida para os candidatos que comprovassem ter cursado o ensino médio em instituições públicas. De maneira geral, em 2007 e 2008, o bônus foi de 3% para os referidos estudantes. A partir de 2009, os estudantes com este perfil, além de terem esse percentual foram incluídos outros percentuais, decorrentes do desempenho desses estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e no Programa de Avaliação Seriada da USP (Pasusp). Essas novas medidas proporcionaram um acréscimo significativo, de até 12%, para estudantes oriundos de escolas públicas, a depender de seu desempenho nessas provas.

Ao sinalizarem o crescimento do número de vagas na USP, os autores mencionam o decréscimo do número de candidatos de escolas públicas inscritos no vestibular desta universidade nos últimos anos, associando este aspecto a fatores como o crescimento das universidades públicas e de programas de bolsas em instituições privadas ofertadas pelo Governo Federal. Assim, de acordo com Matos

et al (2012), mesmo verificando a diminuição do número de inscritos no vestibular, nos anos 2001-2010, observa-se o aumento do número de aprovados que cursaram o ensino médio em escolas públicas e associam esse crescimento ao programa de inclusão da Universidade.

As políticas de ação afirmativa, o Estado do Bem Estar e o neoliberalismo

Essa crescente adesão de instituições de ensino superior às políticas de ações afirmativas de ingresso e permanência indicam a assimilação da concepção de reparação e justiça social, e, em menor escala, de respeito à diversidade. Entretanto essas iniciativas e a aprovação da lei 12.711, de 2012, tiveram e continuam a ter a oposição social e política de muitos atores sociais, que erigiram uma resistência muito grande na mídia comercial no país (CAMPOS; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2013), no poder legislativo e no poder judiciário. Em outro texto de Feres e Daflon (2012) fica muito claro que se trata de uma disputa mais ampla na sociedade, em que há atores que apresentam e disputam suas posições “seja sobre políticas públicas como naqueles que dizem respeito a valores e hábitos sociais”. Essa disputa coloca a sociedade brasileira como palco de confronto de diferentes interesses e concepções de organização do Estado e da Sociedade.

Podemos analisar o embate em torno das políticas de ação afirmativa como parte de um embate bem maior, entre Estado do Bem Estar Social e Estado Mínimo, embate que se acirra a partir da ação do neo-liberalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra na década de 1980, que se espalha pelo mundo com a queda do muro de Berlin e o desaparecimento da União Soviética. Na década de 1990 o “Consenso de Washinton” passou a se tornar hegemônico na agenda de governos da América Latina e de outros países. Consenso de Washington é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As dez diretrizes do Consenso estão abaixo, com alguns comentários explicativos a partir de uma postura crítica ao mesmo “Consenso”:

1. Disciplina fiscal (o que significa garantir primeiro o pagamento dos altos juros dos bancos e depois investir nas políticas sociais);

2. Redução dos gastos públicos (Educação, Saúde e Segurança não são prioridades, trata-se do Estado ausente dos direitos sociais);
3. Reforma tributária (para desonerar os ricos e taxar os pobres nos impostos indiretos);
4. Juros de mercado (ou seja, controlados pelos bancos, que foram os que mais lucraram com esse momento e até hoje.);
5. Câmbio de mercado;
6. Abertura comercial (os países centrais do capitalismo jamais abriram realmente seu mercado, esse era uma receita apenas para o terceiro mundo);
7. Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições;
8. Privatização das estatais;
9. Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas);
10. Direito à propriedade intelectual (ou seja, respeito à propriedade industrial dos países capitalistas centrais).

A resistência às políticas de ações afirmativas é a mesma resistência às políticas sociais do Estado do Bem Estar Social no Brasil e em outros países. O ideário liberal, individualista e de igualdade apenas formal, sempre acionado para a justificação das políticas do Consenso de Washington, tem como princípio a liberdade desprovida das condições de igualdade material. Em outro texto que analisa essa relação entre políticas de ação afirmativa e liberalismo, mais especificamente ações afirmativas raciais, vemos que “é natural que uma política que confira direitos e privilégios a um grupo específico de pessoas tencione os pressupostos universalistas e formalmente abstratos da fundamentação liberal” (FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Evidentemente que há outras visões e interpretações sobre o papel que as ações afirmativas têm na atualidade. Ações afirmativas encaradas como políticas “paliativas”, com o interesse de apenas diminuir a pressão de movimentos sociais, integrantes estas mesmas políticas afirmativas de uma lógica neoliberal que reproduz a acumulação capitalista pode ser encontrado em diversos autores, como Lima (2010). Entretanto, ao afirmar que apenas “observamos que o exercício da educação superior somente alcançará uma dimensão humanizadora, democrática e universal quando não se limitar às medidas paliativas, que se preocupam muito mais

em esvaziar as vozes do que promover uma transformação social verdadeiramente qualitativa” (LIMA, 2010), o autor acaba indicando que apenas uma transformação da sociedade nos seus “fundamentos” seria aceitável, desprezando reformas que são efetivamente contrárias à lógica da acumulação capitalista desregulada.

Mais recentemente, a crise econômica mundial de 2008, resultado de uma desregulação completa sobre as ações das grandes instituições financeiras, acabou sendo sucedida por políticas econômicas nos Estados Unidos e na Europa de apoio aos bancos, redução das políticas sociais, diminuição da presença do Estado, numa direção contrária à do Keynesianismo e do Welfare State. Supor-se-ia que uma crise do modelo da acumulação capitalista financeira poderia colocar as sociedades capitalistas centrais em outro rumo, entretanto foi o inverso que ocorreu. Os BRICS, países em desenvolvimento, não seguiram esse receituário e conseguiram diminuir os efeitos da crise e mantiveram-se em crescimento e ampliação da renda e do emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas ou discriminação positiva tem como finalidade proporcionar igualdade de condições para grupos socialmente marginalizados. As ações afirmativas configuram-se como parte de ações para efetivação dos direitos sociais e são resultados de um processo de conquistas sociais de diversos grupos como, negros, mulheres, jovens, nordestinos, homossexuais, quilombolas e outros.

Além disto, com base nas discussões analisadas, podemos inferir que a garantia do acesso não é suficiente para a inserção no ensino superior. A permanência com qualidade e a pós-permanência precisam ser pensadas como estratégias no âmbito das políticas públicas para que de fato o direito à Educação superior seja assegurado.

Apesar de compreendermos a necessidade das políticas afirmativas, considera-se que a adoção concomitante de políticas universalistas é essencial na sociedade brasileira, especialmente na educação superior, como pré-condição para favorecer a democratização do acesso. O Censo Escolar de 2006 do INEP-MEC informa que, efetivamente, apenas 10% dos jovens de 18 a 24 anos estavam na Educação Superior naquele ano (BRASIL, 2007) - hoje são 17,6%. A Argentina apresentava em 2006 um percentual próximo de 40%. Venezuela, Uruguai e Costa

Rica tinham pouco mais de 30% O Peru tem mais jovens em suas universidades que o Brasil, e juntamente com o Chile apresentavam 20% de seus jovens no ensino superior (BRASIL, 2007).

Esses dados indicam a necessidade da ampliação da rede de ensino superior, e que esta deve ser pública para atender à imensa maioria dos jovens que não têm condições de pagar as mensalidades das faculdades particulares. A comparação da situação brasileira com a de outros países permite a percepção de como o próprio desenvolvimento econômico e social fica limitado pela pouca presença de profissionais de nível superior.

Por isso, as políticas universalistas e as políticas de ação afirmativa não são excludentes, e podem ser combinadas. É necessária a expansão do sistema para que 30% dos jovens brasileiros tenham acesso à educação superior até 2024, cumprindo o previsto pelo Plano Decenal de Educação. Por outro lado, as políticas afirmativas não são incompatíveis com a expansão do sistema, e hoje já estão implantadas concomitantemente.

Nesse sentido o Brasil também tem adotado algumas políticas universalistas, no sentido de ampliar o acesso às políticas públicas, inclusive na Educação. Essa expansão mudou a situação de haver apenas 7,1% dos jovens de 18 a 24 anos cursando uma formação universitária em 1997 para termos 17,6% em 2011. E essa proporção é muito distinta entre as regiões do país. Enquanto no Sudeste há 22,1% dos jovens de 18 a 24 anos em cursos superior, apenas 11,9% dos jovens dessa faixa etária estão nesses cursos nas regiões Norte e Nordeste. No Centro Oeste, os estudantes universitários chegam a 23,9% dos jovens, o que é mais do dobro do que há no Norte e Nordeste. Nota-se que a adoção exclusivamente de cotas num reduzido universo de instituições de ensino superior não mudará também o acesso mais massivo e democrático a esse nível de ensino pelas diferentes classes sociais, e por isso a complementariedade entre esses dois tipos de política é fundamental.

A adoção de políticas de ação afirmativa e das políticas universalistas de expansão da rede federal de ensino continuará a encontrar resistências dos defensores do Estado Mínimo e da desregulamentação do Mercado e da Sociedade. As ações afirmativas e a expansão das universidades públicas significam o reconhecimento de direitos sociais, a necessidade de sua expansão.

Por outro lado, o processo contínuo de conquista de direitos, que é paulatino, não deve ser considerado apenas política compensatória ou política de cooptação e

arrefecimento de demandas sociais, pois tem se constituído na sociedade como instrumentos de democratização e inclusão, como pode ser visto na experiência das cotas nas universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Durvalina Fernandes; GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Lima; FRANÇA, Bruno Alves de. Políticas públicas complementares para a inclusão social: uma análise do Pré-Vestibular Social. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 51-76, jan./abr. 2012.

BORGES, J. L. G.; CARNIELLI, B. L. Educação e estratificação social no acesso Universidade pública. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo v. 35, n. 124. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Censo Escolar 2006**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JUNIOR, João e DAFLON, Verônica Toste. Managing the public debate: O Globo newspaper and the affirmative action controversy. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2013, n.11 [citado 2014-07-08], pp. 7-31 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200001&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-3352. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200001>.

CARVALHO, José Carmelo Braz de. Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos. **Cad. Pesqui.** [online]. 2006, vol.36, n.128, pp. 299-326. ISSN 0100-1574.

CARVALHO, Luiz Marcelo; PAIXÃO, Marcelo. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**; 2007-2008. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

DAFLON, Verônica Toste; FERES Jr., João. Ação afirmativa na revista Veja: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. In: **Revista Compolítica**, n. 2, vol. 2, ed. julho-dezembro, ano 2012. Rio de Janeiro: Compolítica, 2012.

FERES JÚNIOR, J. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, p. 63-84, 2007.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 85-99, dez. 2013

FREITAS, Marcos Antonio Braga de. O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: trajetória das políticas para a educação superior indígena. *R. Bras. Est. Pedag.* [online]. 2011, vol.92, n.232, pp. 599-615. ISSN 2176-6681.

GOMES, Joaquim Barbosa. O Debate Constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (orgs). **Ações Afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. In: **RBPAE** – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Cidadania e retóricas negras de inclusão social**. Lua Nova, São Paulo, 2012.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Ações afirmativas, educação e relações raciais : conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?** Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2011. 277 p.

LIMA, Lana Ferreira de. **A relação entre a cidadania e o direito à igualdade: a face positiva e negativa**. Educação em Revista, Marília, v.10, n.2, p.87-102, jul.-dez. 2009.

LIMA, Paulo Gomes. **Universidade Brasileira: para além das políticas de ações afirmativas**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 1, n. 2, p.177-197, jul./dez. 2010

LIMA, S. P. RODRIGUEZ, M. V. Políticas educacionais e equidade: revendo conceitos. **Contrapontos (UNIVALI)**, v. 8, p. 53-69, 2008. Disponível em: < <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/936>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

MACIEL, Regimeire Oliveira. Ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 189-214, jan./abr. 2012.

MARQUES, Waldemar; FRANCO, Fernando Silveira; SCHLINDWEIN, Marcelo Nivert. Universidade e movimentos sociais no Brasil: uma experiência de ação Afirmativa. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 557-576, set./dez. 2011.

MATOS, Mauricio dos Santos; PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. O impacto do Programa de Inclusão Social da

Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 720-742, set./dez. 2012.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T.; CAMPOS, L. A. **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro hoje**: análise institucional. Rio de Janeiro: UERJ; GEMAA; IESP, 2010.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda e BRAGA, Mauro Mendes. Ações afirmativas no ensino superior e o programa de bônus para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. **R. Bras. Est. Pedag.** [online]. 2012, vol.93, n.233, pp. 166-188. ISSN 2176-6681.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha; HELAYEL-NETO, Jose Abdalla e XAVIER, Marcel Duarte da Silva. Juventudes populares em um pré-vestibular: a construção coletiva de expectativas e campos de possibilidades educacionais. **R. Bras. Est. Pedag.** [online]. 2011, vol.92, n.232, pp. 616-638. ISSN 2176-6681.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 401-422, maio/ago. 2012.

SILVA, Maria do Socorro da. **Ações afirmativas para a população negra**: um instrumento para a justiça social no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009

SILVA, Sidney Jard da; PINEZI, Ana Keila Mosca and ZIMERMAN, Artur. Ações afirmativas e inclusão regional: a experiência da Universidade Federal do ABC. **R. Bras. Est. Pedag.** [online]. 2012, vol.93, n.233, pp. 147-165. ISSN 2176-6681.

SOUZA, Letícia Pereira; PORTES, Écio Antônio. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 516-541, set./dez. 2011.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano; BASTOS, João Luiz Dornelles; NOMURA, Lincon Hideo and PERES, Marco Aurélio. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?. **Cad. Pesqui.** [online]. 2006, vol.36, n.128, pp. 473-495. ISSN 0100-1574.

TRAVITZKI, Rodrigo e RAIMUNDO, Rafael Luís Galdini. Alunos cotistas e atividades extracurriculares: análise do Censo da Educação Superior 2009. **R. Bras. Est. Pedag.** [online]. 2012, vol.93, n.233, pp. 77-95. ISSN 2176-6681.